

GÊNERO E EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA

WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam Pillar; GRAUPE, Mareli Eliane (org.). **Antropologia, gênero e educação em Santa Catarina**. Tubarão, SC: Copiart; [Florianópolis]: Mulheres, 2017.

Em julho de 2019, o Governo Federal negou que trans, travestis, e pessoas não-binárias ocupassem as vagas ociosas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).¹ Nesse mesmo ano, vários projetos de lei foram enviados à Câmara dos Deputados, na tentativa de proibir o que tem sido chamado de “Ideologia de Gênero”. A título de exemplo, uma Deputada Federal propôs um requerimento (REQ 136/2019) para celebrar o “Dia do Combate à Ideologia de Gênero”.

Em agosto de 2019, o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés, filiado ao PSL, proibiu o termo “Identidade de Gênero”, que estava incluso no conteúdo programático de Temas Transversais do Currículo Base do Ensino Fundamental do Território Catarinense².

Diante de todas essas influências conservadoras na Educação, nós, profissionais e pesquisadores/as da área, chegamos a nos questionar se é possível ensinar gênero e respeito à diversidade sexual nas escolas e universidades. A escola tem sido, tradicionalmente, local de afirmação de preconceitos, seja de ordem religiosa, de classe, raça, gênero e diversidade sexual. As pessoas, e suas diferenças, são constantemente hierarquizadas e discriminadas e, não raro, renegadas, nesses espaços, que acabam não incluindo, mas excluindo. Podemos concordar com Berenice Bento (2011), quando ela afirma que a escola é o local onde a diferença faz a diferença.

O livro, *Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina*, que estamos estudando, é uma ferramenta necessária para que se entenda, mesmo que de forma geral, o interior do estado catarinense, e como nele se manifestam tais questões que envolvem educação, diversidade sexual, e gênero; e ainda como, nesse sentido, um olhar antropológico para a educação básica pode identificar os diferentes processos de ensino e aprendizado e as desconstruções de estereótipos, a partir de uma educação baseada na diversidade e na emancipação dos estudantes. O referido livro é fruto de investimentos Federais e Estaduais, que foram realizados, sobretudo, nas áreas de gênero e diversidade sexual nas duas primeiras décadas deste século.

¹ VESTIBULAR anulado da Unilab para pessoas trans vai de encontro à Lei de Cotas, diz universidade. *G1*, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/16/vestibular-para-pessoas-trans-anulado-vai-de-encontro-a-lei-de-cotas-diz-universidade.ghtml>. Acesso em 16 de Mai. de 2020.

² “Não permitiremos a abordagem” diz Governador Carlos Moisés sobre Identidade de Gênero no currículo de SC. *G1*, 29 ago. 2019. <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/29/nao-permitiremos-a-abordagem-diz-carlos-mois-es-sobre-identidade-de-genero-em-curriculos-da-educacao-de-sc.ghtml>. Acesso em 16 de Mai. de 2020.

Assis Felipe Menin

UFSC. Email: a.f.menin@gmail.com

Destaco que o projeto do qual resultou este livro, apoiado com recursos do edital PRONEM/FAPESC de 2012, procurou entender como as questões de gênero e sexualidade estavam sendo abordadas no campo educacional, que, por sua vez, tentou observá-las no interior do estado catarinense, sempre tão carente nessas formações, e ainda buscou dar continuidade à formação de docentes em gênero e diversidade nas escolas.

Composto por 11 artigos, o livro é resultado de um trabalho interdisciplinar, coletivo e multissituado, envolvendo escolas e universidades de várias regiões. Dele, participam diversos profissionais da educação, cientistas e estudantes. Dentre as universidades participantes, estão a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O livro pode ser dividido em duas partes: na primeira, os artigos trazem as experiências e a formação de docentes e discentes na educação básica; na segunda, tratam mais especificamente das questões de violência de gênero e homo-lesbo-transfobia nas escolas catarinenses, que são intensificadas no interior do Estado, em grande parte, pela falta de formação.

Formação de docentes e discentes na educação básica e vivências na escola/universidade

Em 2019, passamos por momentos difíceis na educação pública, sobretudo no que diz respeito à redução de investimentos no Ensino Superior, que enfrentou o corte de bolsas e outros recursos, como verba para organização de eventos acadêmicos e fundos para o desenvolvimento de atividades vinculadas à formação continuada. Os anos em que percebemos maiores investimentos na educação (2003 - 2016) são detalhados no primeiro capítulo, *“Prestando contas do Projeto PRONEM FAPESC/CNPq: antropologia, gênero e educação em Santa Catarina”*, escrito por Welter e Grossi, que explicam como foi feita a aplicação do montante liberado por órgãos como o CNPq e a FAPESC para o desenvolvimento dos projetos e, conseqüentemente, deste livro. As autoras prestam contas do que foi investido em políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência nos ambientes escolar e universitário, bem como na formação de docentes, explicitando quais foram as demandas recebidas e onde tais recursos foram aplicados.

Com o auxílio desses recursos, o texto de Welter e Brighenti, no capítulo, *“Reflexões sobre experiências de ensino em ciências sociais na educação básica em Chapecó, SC”*, demonstra como é instigante e transformador trabalhar com a diversidade na educação básica. Welter e Brighenti concluem, a partir de experiências em escolas de Chapecó/SC, que a formação de docentes se inicia na graduação, sobretudo com sua atuação nas escolas. Sendo assim, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que serve como canal pelo qual o estudante

de Ensino Superior mantém uma relação dialógica com a educação básica, constituirá a prática cotidiana de muitos estudantes de licenciatura — neste caso, futuros professores e professoras de Ciências Sociais —, que se preparam para a prática docente, que, por sua vez, é repleta de surpresas e desafios, como bem pontuado no texto, a fim de apreender as diferenças de gênero e sexualidades dissidentes, e o respeito que se espera de todos e todas na Escola Pública — que deve ser plural.

A formação de docentes em gênero e diversidade, na licenciatura em Ciências Sociais, pode ser refletida na troca de saberes entre universidade, docentes, e estudante de nível médio e superior. E é exatamente isso que o capítulo escrito por Welter, Lewer e Ames, *“Reflexões sobre os desafios e experiências do projeto de iniciação científica no ensino médio da UFFS, Santa Catarina”*, procura demonstrar, por meio do estudo das experiências do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), ocorrido também em Chapecó/SC, em parceria com a UFFS. O texto nos mostra como o projeto PIBIC-EM traz experiências múltiplas para a escola, promovendo o contato do aluno de Ensino Superior com realidades e desafios que precisará enfrentar em seu futuro profissional, quando estiver administrando turmas formadas por jovens de diferentes classes sociais, diversidades sexuais, religiosas, de gênero e raça. Ao mesmo tempo, os autores nos indicam que o discente de graduação compartilha experiências científicas com os alunos da educação básica, aproximando a universidade da escola e contribuindo para que o abismo, muitas vezes existente entre tais instituições, seja vencido.

Essa formação na educação básica e o trabalho com gênero e sexualidade com jovens nas escolas são importantes para desconstruir papéis de gênero e funções/trabalhos tidos como sendo próprios para homens ou mulheres por características físicas ou cognitivas. E é essa visão que, no próximo capítulo, intitulado *“Engenharias: sexismo, espaço (re)partidos e a formação”*, as autoras Cruz e Moraes vão trabalhar, a partir da aplicação de questionários para estudantes dos sexos masculino e feminino dos cursos de engenharia de uma universidade de Florianópolis. No texto, é analisada a forma como alguns estereótipos a respeito das mulheres são produzidos, continuamente pautados na ideia da diferença sexual, isto é, no binarismo — que induz o sujeito à suposição de que determinados trabalhos seriam mais femininos, e outros, mais masculinos.

Conforme as respostas que as autoras coletaram, a engenharia seria uma dessas profissões “mais masculinas”. O sexismo, muitas vezes, impera nesses espaços, que, tradicionalmente, foram tidos como masculinos. Esse sexismo emerge por causa da ocupação desses espaços pelas mulheres. Como pontua Sherry Ortner (1979), há uma identificação construída do homem com a cultura e com a criatividade, portanto, mais voltada para o espaço público, enquanto as mulheres são a representação da natureza, da maternidade, do espaço privado. Cruz e Moraes explicam que essa ‘guetização’ do trabalho feminino, em detrimento do masculino, ocorre devido às visões sexistas que, em determinados espaços, continuam, a persistir, em decorrência da cultura machista que impera na sociedade.

No último capítulo da primeira seção, “*Com a bola no pé e o lápis na mão: o estudante-atleta em formação no futebol*”, Grossi, Conceição e Bassani vão demonstrar como o esporte, mais especificamente, o futebol, é importante para a educação e para o rendimento escolar dos jovens participantes. O principal ponto levantado neste capítulo é a questão da masculinidade, que, reiteradamente, parece fazer parte desse esporte. Valores como honra e virilidade são demonstrados constantemente pelo grupo estudado, se distanciando fortemente do que se vincula, devido à visão machista e segregacionista, ao feminino ou à feminilidade.

Gênero, violência de gênero, e violência homo-lesbo-transfóbica na escola

A segunda parte do livro trata de temas específicos que nos fazem refletir sobre a educação e as possibilidades de trabalhar com gênero e diversidade sexual nas escolas. No capítulo que abre esta seção, “*Problematizando questões feministas através da música: violências e lesbianidades nas oficinas do Papo Sério*”, Grossi e Dutra abordam a música e a violência contra as mulheres através de oficinas nas escolas de Florianópolis. As autoras relatam sua experiência com as oficinas, falando de algumas músicas que são compostas por letras que possuem uma linguagem demasiado machista, e que serviram de tema para os debates entre jovens, meninos e meninas, que tiveram a tarefa de discutir e tentar ressignificar o que entendiam sobre machismo, sexismo, e outros tipos de preconceito.

Os três artigos que seguem, trabalham as questões de gênero e sexualidade nas escolas do interior do Estado de Santa Catarina, onde a pressão parece ser maior sobre quem está “fora das normas” heterossexuais, e a demanda por cursos e profissionais que saibam lidar com tais assuntos são mais urgentes.

O texto de Silva e Cruz, “*Escola e heteronormatividade: para além do binarismo de gênero*”, evidencia a emergência de uma formação continuada, para docentes, em gênero e diversidade nas escolas. Ao trabalhar com professoras da cidade de Tubarão/SC, Silva e Cruz apontam as confusões teóricas e o desconhecimento dos termos “gênero” e “sexualidade” no contexto escolar uma vez que, para elas, haveria uma essencialização dessas categorias. Porém, as autoras ressaltam que a responsabilidade não pode recair sobre os docentes quando eles desconhecem determinados termos, pois, em muitos dos casos, essa insciência se dá pelo fato de eles nunca terem se deparado com esses estudos durante sua formação. Portanto, faz-se concebível que considerar a adesão do estudo de tais questões à formação continuada deveria ser uma preocupação do Governo do Estado de Santa Catarina, ou, ainda, do Governo Federal. Cruz e Souza ainda demonstram como a heteronormatividade é predominante nesses espaços e como as professoras mostravam-se, por vezes, incomodadas, e até mesmo desconfortadas, por não saberem como deveriam nomear as expressões de gênero

e de sexualidade que fugissem da heteronormatividade imposta, pois, não haviam formadas para tal.

No capítulo escrito por Lins e Graupe, “*Gênero e diversidade sexual: homofobia no contexto escolar*”, as autoras investigam a homofobia em escolas públicas de Lages/SC, estudando uma turma de estudantes do 8º ano do ensino fundamental. Seu objetivo é mostrar a presença da homofobia no contexto escolar, porém, há professores/as que negam a existência sexualidades dissidentes, e acabam por contribuir para uma invisibilidade das sexualidades ditas divergentes. Cria-se um imaginário fantasioso de que em determinada escola não há homossexuais. É essa invisibilidade criada pela escola que, segundo Louro (2014), legitimam preconceitos e discriminações, fazendo com que esse corpo, considerado, erroneamente, estranho, se sinta fora dos padrões criados pela própria parcela preconceituosa da sociedade.

Tais discriminações passam a ser ainda mais presentes no artigo seguinte, “*Homossexualidade na escola: percepções de orientadoras educacionais*”, escrito por Souza e Graupe. As autoras procuram compreender a percepção de orientadoras educacionais em uma escola de educação básica no município de Lages/SC. Fica evidente, em seu texto, o desconhecimento, por parte dos profissionais da educação, quanto às sexualidades não hegemônicas/dissidentes. A maioria das participantes das entrevistas de Souza e Graupe informou desconhecer ou não saber como lidar com a homossexualidade na escola. Isso demonstra que as pedagogias de gênero engessadas, e pautadas em uma binaridade/cisgeneridade, continuam constantemente perpetradas na educação.

Ao fazer a leitura desses três últimos artigos, com a ajuda do texto de Preciado (2013), em que o autor conta as experiências de preconceito que vivenciou no seu tempo de escola, fiquei refletindo: se a escola não defende a criança *queer*,³ se professoras e professores não a defendem, se o Estado não a defende, quem a defende? O Estado faz um movimento contrário, e acaba combatendo a dita, fantasmagórica e ardilosa, “Ideologia de Gênero”, que, na realidade, não existe, mas é uma criação deste que, com efeito, a partir dessa mistificação, impõe sua ideologia, que é pautado no pré-conceito, portanto, o não combater as discriminações e a não formação continuada para os profissionais da educação, também é uma Política de Estado. Como bem pontua Eagleton (2019, p. 21), “o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de *poder*”. Poder este que é utilizado para que se mantenha as coisas como estão, pois a referida “ideologia de gênero” não aceita a diversidade e tem medo dela, porque faz com que as pessoas, reclamem os direitos que, outrora, lhes foram negados.

Esse corpo, dito estranho, nos espaços escolares é percebido também através dos indumentários, cortes de cabelo, cores e acessórios, conforme apontam Santos

³ O termo *Queer* é uma palavra de origem anglófona e sua tradução poder ser entendida, de forma geral, como abjeto. Mais que isso, pode ser compreendida como estranho, anormal, não natural. A expressão foi utilizada de forma pejorativa contra homossexuais, lésbicas e pessoas trans, nos Estados Unidos. A palavra passa a ser apropriada pelo movimento LGBTQI+ como forma de afirmação de identidade e luta política. Sobre a Teoria *Queer* ver Judith Butler e Paul Preciado.

e Grossi em seu artigo sobre moda e subalternidade no espaço escolar intitulado “*Marginais’ na escola: a moda como dispositivo de reconhecimento entre docentes e estudantes em situações de subalternidade*”, onde o poder também opera, como afirma Eagleton (2019). As autoras tornam evidente, com isso, que não apenas a sexualidade é algo regulado nas escolas, mas também a moda. Embora o poder atue sobre esses corpos que transgridem, eles são resistência e liberdade, mesmo que taxados de “anormais” ou, como pontuam as autoras, de “marginais”.

Encerrando o livro, Mateucci e Graupe trazem para a discussão, em seu artigo “*Violências contra mulheres: audiências públicas nos bairros de Lages/SC: profissionais da educação e a pedagogia da equidade*”, um tema que está na ordem do dia: a violência contra as mulheres. O estudo se deu em Lages/SC, conforme o título do artigo explicita, e nos auxilia a entender a escola como um local em que ocorrem desconstruções machistas, sexistas, e de masculinidades tóxicas. A pesquisa entende a educação como uma forma de pedagogia da equidade, que precisa ser diária e ainda extrapolar os espaços escolares para chegar até àquelas mulheres e àqueles homens que experienciam a violência doméstica. É um trabalho árduo, ou, como pontua bell hooks (2013), um trabalho que deve ser aliado à teoria e à prática, para que se construa uma pedagogia engajada e libertadora.

Concluindo a resenha, retomo as questões postas no início, pensando que a educação é um ato de resistência, de maneira tal que gênero e sexualidade continuarão nas escolas, nas universidades, e em todos os espaços, públicos ou privados, pois não há como voltar — nós somos estes corpos e estamos ocupando um lugar que nos é de direito. Resistiremos por uma educação de qualidade, laica, e que respeite todas as diferenças. Finalizo com uma frase de Boaventura de Souza Santos e João Arriscado Nunes (2003, p. 56), que ajuda a pensar essa diversidade que está na escola: “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”.

Epílogo

A resenha inicia com más notícias sobre gênero e sexualidades dissidentes na educação, tanto a nível nacional quanto estadual, no de 2019. Porém, as mobilizações, daqueles/as que anseiam por uma educação plural, resistem e encontram apoio em organizações, políticos/as, advogados/as, e juízes/as, incluindo alguns grupos religiosos e lideranças de ativistas por Direitos Humanos, das Mulheres e da população LGBTQI+. Em abril de 2020, o STF, Supremo Tribunal Federal, declarou, por unanimidade, inconstitucional uma lei que tentaram implantar no município de Novo Gama (GO)⁴, esse município, como outros no Brasil, incluindo Santa Catarina, tentou proibir as discussões de gênero e diversidade sexual nas escolas municipais.

4 O processo ADPF/457, pode ser consultado on-line aqui: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5192888>. Acesso em 18 de Mai. de 2020.

A decisão é importantíssima, pois cria uma defesa jurídica contra municípios que proíbem gênero e diversidade sexual em suas escolas.

Referências

BENTO, Berenice. (2019). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 28 set.

EAGLETON, Terry. (2019). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.

hooks, bell. (2013) [1994]. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes.

LOURO, Guacira Lopes. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: vozes.

ORTNER, Sherry. (1979). “Está a mulher para a natureza assim como o homem para a cultura?” In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, M. *Mulher, Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PRECIADO, Beatriz/Paul. (2013) Quem defende a criança *queer*? *Jangada: Crítica, Literatura, Artes*, n. 1, p. 96-99, jan./jun. Tradução Fernanda Ferreira Marcondes Nogueira. Disponível em: <https://revistajangada.ufv.br/index.php/Jangada/article/view/17/2>. Acesso em: 28 set. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. (2003). “Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-68.

Recebido em 29/09/2019.

Aceito em 18/05/2020.